

ECOS DO SILÊNCIO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE ESTUDANTES ADULTOS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Echoes of Silence in Scientific Productions on Adult Autistic Students in Brazilian Higher Education

André Luiz Alvarenga de Souza

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Sabrina Inácio Massuda

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RESUMO

Por que as vozes de adultos no Espectro Autista (TEA) permanecem quase ausentes no discurso acadêmico brasileiro sobre a educação superior? Esta revisão sistemática, estruturada como estado do conhecimento, mergulha nessa questão, mapeando criticamente a escassa produção científica nacional sobre as vivências de pessoas autistas no contexto universitário. Analisando artigos publicados entre 2000 e 2025 em periódicos brasileiros de educação especial e inclusiva, classificados entre Qualis A2 e B4 pela CAPES, e utilizando descritores como “adulto autista” e “autista adulto na educação superior”, o estudo revelou um número reduzido de trabalhos. Essa lacuna expõe um silenciamento epistêmico que marginaliza um grupo cuja inclusão desafia as estruturas acadêmicas tradicionais. Barreiras como rigidez institucional e insuficiência de preparo docente contrastam com iniciativas promissoras, como os Núcleos de Acessibilidade, que apontam possibilidades concretas de transformação. Ao propor a inclusão das perspectivas das próprias pessoas autistas como coautoras do saber, este artigo convida leitores, pesquisadores e educadores a questionarem os silêncios da universidade brasileira e da produção científica, bem como a explorarem caminhos para uma inclusão que reconheça e valorize a neurodiversidade.

Palavras-chave: Autismo adulto; Neurodiversidade; Silenciamento epistêmico.

ABSTRACT

Why do the voices of adults on the Autism Spectrum (ASD) remain largely absent from Brazilian academic discourse on higher education? This systematic review, structured as a state-of-the-art mapping of knowledge, addresses this question by critically examining the scarce national scientific production on the experiences of autistic individuals in university contexts. By analyzing articles published between 2000 and 2025 in Brazilian journals of special and inclusive education, classified within CAPES Qualis strata A2 to B4, and using descriptors such as “autistic adult” and “autistic adult in higher education,” the study identified a limited number of publications. This gap reveals an epistemic silencing that marginalizes a group whose inclusion challenges traditional academic structures. Barriers such as institutional rigidity and insufficient teacher training contrast with promising initiatives, such as Accessibility Centers, which indicate concrete possibilities for transformation. By proposing the inclusion of the perspectives of autistic individuals themselves as co-authors of knowledge, this article invites

readers, researchers, and educators to question the silences within Brazilian universities and scientific production, as well as to explore pathways toward an inclusive approach that recognizes and values neurodiversity.

Keywords: Adult autism; Neurodiversity; Epistemic silencing.

INTRODUÇÃO

Por que as vivências de adultos dentro do Espectro Autista (TEA), na educação superior brasileira, permanecem à margem do discurso acadêmico? Este estudo, estruturado como uma revisão sistemática do tipo estado do conhecimento, propõe-se a enfrentar essa questão instigante, analisando criticamente os significados sociais, pedagógicos e políticos que permeiam a experiência universitária desses estudantes. Busca-se preencher uma lacuna teórico-empírica significativa, mapeando a produção científica nacional, identificando categorias analíticas centrais e propondo diretrizes para políticas públicas que promovam equidade educacional. Essa abordagem fundamenta-se em uma compreensão multidimensional do TEA, abarcando perspectivas clínicas, históricas e sociais, para reconhecer a complexidade existencial das pessoas autistas, indo além de visões reducionistas centradas no diagnóstico.

A complexidade do TEA, conforme delineada no DSM-V (APA, 2013), reflete sua natureza multifatorial, envolvendo fatores genéticos, neurológicos e ambientais (Gadia, 2006). Essa heterogeneidade, frequentemente agravada por diagnósticos tardios em adultos com perfis atípicos, demanda uma abordagem que transcenda perspectivas patologizantes, valorizando a diversidade de trajetórias e potencialidades dos autistas. Tal compreensão é essencial para enfrentar os desafios de acesso e permanência na educação superior, em que barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais frequentemente marginalizam esses estudantes, apesar dos avanços normativos, como a Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana) e a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) (Brasil, 2012; 2015).

Dados do Censo Demográfico de 2022 revelam que 2,4 milhões de brasileiros, ou 1,2% da população, possuem diagnóstico formal de TEA, com prevalência maior entre homens (1,5%) do que entre mulheres (0,9%) e picos na faixa etária de 5 a 9 anos (2,6%) (IBGE, 2025a; IBGE, 2025c). No âmbito educacional, 760.800 estudantes com TEA, com idade igual ou superior a seis anos, representam 1,7% dos matriculados nessa faixa etária (IBGE, 2025b). Na educação superior, o Censo da Educação Superior (INEP) registrou, em 2022, 6.063 estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), incluindo TEA, um aumento em relação aos 4.018 registrados em 2019, embora representem apenas 0,047% do total de matrículas (Brasil, 2022; UNINTER, 2019).

Embora os dados oficiais apontem um crescimento de 17% nas matrículas de estudantes com deficiência na educação superior em 2023, totalizando 92.756 registros (Brasil, 2023), a presença de pessoas com TEA permanece notavelmente reduzida nesse nível educacional.

Tal discrepância evidencia não apenas uma invisibilização social e estatística, mas um silenciamento epistêmico mais amplo, no qual as

peças com TEA são sistematicamente excluídas das narrativas acadêmicas e institucionais que configuram a inclusão na educação superior. Essa invisibilidade, longe de ser mero reflexo da ausência de estudantes com TEA nas universidades, decorre de múltiplos fatores estruturais, entre os quais se destacam a subnotificação crônica associada à autodeclaração diagnóstica e a fragilidade metodológica dos instrumentos de coleta e sistematização de dados adotados pelas instituições (Instituto Inclusão Brasil, 2023). Nesse cenário, o presente estudo propõe-se a confrontar tal apagamento por meio da formulação de uma agenda científica que reconheça, valorize e amplifique as vozes das pessoas autistas no espaço acadêmico.

Essa realidade desafia a comunidade acadêmica a investigar as barreiras que dificultam a vida desses estudantes, especialmente adultos, cujas experiências são frequentemente negligenciadas. Estudos internacionais, como o de Hillier et al. (2017), apontam que a ausência de suporte pedagógico especializado, a falta de flexibilização curricular e a insuficiência de capacitação docente comprometem o acesso e a continuidade acadêmica de universitários com TEA, enquanto a sensibilização da comunidade universitária emerge como fator crucial para a inclusão.

No contexto nacional, contribuições como as de Galvão (2014) destacam a centralidade das práticas docentes na mediação de processos inclusivos, utilizando a teoria da subjetividade para compreender as vivências de estudantes com TEA. De forma complementar, Santos (2019) evidencia, por meio de uma abordagem qualitativa, barreiras como a inadequação de recursos de acessibilidade e a falta de sensibilidade institucional, que perpetuam a exclusão.

A trilogia de Souza (2020, 2021, 2023), pesquisador autista, oferece uma perspectiva singular, analisando os impactos da Lei nº 12.764/2012 (Brasil, 2012) e as limitações dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) na promoção de práticas inclusivas (Souza; Anache, 2020; 2021; Souza, 2023). Esses estudos dialogam com pesquisas internacionais, como as de Hartley et al. (2021), que enfatizam o papel das redes institucionais, e Shi (2023), que defende a neurodiversidade como paradigma transformador.

A convergência dessas perspectivas aponta para a urgência de ambientes universitários sensorial e cognitivamente acessíveis, nos quais as singularidades das pessoas com TEA sejam reconhecidas como partes integrantes da diversidade acadêmica. Apesar dos avanços normativos, a literatura nacional revela lacunas significativas na caracterização das experiências de adultos com TEA, na identificação de barreiras à permanência e na formulação de políticas públicas inclusivas, evidenciando uma contradição entre o arcabouço legal e a realidade educacional.

Para enfrentar esse silenciamento epistêmico, este estudo adota uma abordagem sistemática, delineada na seção metodológica subsequente, que permitirá mapear a produção científica, identificar entraves e propor diretrizes para uma inclusão centrada na valorização da neurodiversidade e na amplificação das vozes de pessoas autistas.

MÉTODO

Este estudo empreendeu uma revisão sistemática da literatura, configurada como estado do conhecimento, com foco na produção científica publicada em periódicos brasileiros on-line, classificados entre os estratos Qualis A2 e B4 pela CAPES e dedicados à educação especial e inclusiva. A delimitação temporal, de janeiro de 2000 a maio de 2025, justifica-se pela consolidação da publicação digital de periódicos científicos a partir de 2000, bem como pela relevância de marcos normativos e clínicos do período, incluindo a Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana), que estabelece diretrizes para o atendimento especializado às pessoas com TEA; a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), mais conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que amplia os direitos de inclusão; e a publicação do DSM-V (APA, 2013), que refina os critérios diagnósticos do TEA.

O levantamento bibliográfico foi pautado em diretrizes que asseguram o rigor e a consistência da pesquisa. Conforme Romanowski e Ens (2006), o processo envolveu a definição criteriosa de descritores para direcionar as buscas, o estabelecimento de critérios explícitos para a seleção do acervo de dados e a seleção rigorosa das informações integrantes desse material, culminando na sistematização organizada dos artigos encontrados. Esses procedimentos metodológicos, alinhados às orientações clássicas da metodologia científica, como as propostas por Marconi e Lakatos (2008), Ferreira (2002), Silva e Rozek (2019) e Morosini (2015), garantem a fidedignidade e a confiabilidade do levantamento bibliográfico realizado, assegurando a consistência e a qualidade da pesquisa. A seleção da amostra textual bibliográfica fundamentou-se nos descritores “adulto autista”, “autista adulto” e “autista adulto na educação superior”.

Adotaram-se critérios estritos de inclusão, que exigiam a presença desses descritores e o foco exclusivo nas experiências de adultos com TEA no contexto da educação superior, excluindo-se publicações que não atendessem a esses parâmetros.

A presente investigação teve como objeto de análise quatro periódicos científicos brasileiros de reconhecida relevância no campo da educação especial e inclusiva. O primeiro deles é a Revista Educação Especial, vinculada ao Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que se caracteriza pela publicação contínua de artigos inéditos voltados à disseminação de estudos empíricos e teóricos relacionados à educação especial em uma perspectiva inclusiva (Revista Educação Especial, 2024).

Em segundo lugar, foi examinada a Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, publicação semestral mantida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília. Este periódico tem se destacado pela abordagem multidisciplinar de temas como políticas públicas, formação docente e práticas pedagógicas no campo da inclusão (Diálogos e Perspectivas, 2024).

A terceira fonte de análise foi a revista Educação Especial em Debate, veículo eletrônico do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que tem como missão a divulgação de pesquisas inovadoras e o fortalecimento do debate acadêmico em torno das práticas educativas inclusivas (Educação Especial em Debate, 2024). Por fim, a Revista Teias Observatórios de Educação Especial: Políticas Públicas, Práticas e Avaliação Escolar foi incluída na análise por sua proposta editorial centrada no fomento à reflexão crítica sobre políticas educacionais, avaliação escolar e práticas pedagógicas aplicadas ao contexto da educação especial (Revista Teias, 2024). A seleção dos artigos foi realizada a partir da leitura integral dos volumes disponíveis nesses periódicos, adotando-se como critério principal a pertinência temática em relação aos objetivos da presente pesquisa.

Dessa forma, foram escolhidos os trabalhos que apresentavam maior potencial analítico para subsidiar a discussão teórica e empírica pretendida, conforme os eixos investigativos propostos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A revisão bibliográfica realizada revelou uma escassez significativa de publicações que satisfaçam, de forma simultânea, os critérios de inclusão previamente estabelecidos, com enfoque explícito no grupo etário de estudantes com TEA no contexto da educação superior. O corpus final da pesquisa consistiu em três estudos centrais: Melo, Constant e Ferreira (2023), Gutierrez e Walter (2021) e Silva et al. (2019). A delimitação quantitativa desse conjunto evidencia a representatividade restrita do tema na produção acadêmica nacional, indicando a existência de um campo temático ainda pouco explorado no âmbito das investigações científicas.

Os resultados extraídos das obras selecionadas permitiram identificar tanto os fatores que constituem barreiras quanto os mecanismos de suporte voltados à inclusão de adultos com TEA nas instituições de educação superior.

O estudo de Melo, Constant e Ferreira (2023), publicado na Revista Teias, fundamenta-se em uma revisão integrativa da literatura brasileira indexada nas bases CAPES e BDTD. A pesquisa mapeou cinco estudos diretamente relacionados ao tema, o que os autores interpretam como indicativo da escassez de investigações sobre a trajetória de adultos com TEA na educação superior.

As barreiras mais recorrentes identificadas incluem a complexidade curricular, a rigidez institucional e a carência de formação docente específica, aspectos que dialogam com as análises de Hendricks (2010), ao atribuir parte da exclusão acadêmica à falta de suporte especializado. Entre os elementos considerados facilitadores, destacam-se os Núcleos de Acessibilidade, o acompanhamento por monitores e a oferta de adaptações individuais, práticas que, segundo Hartley et al. (2021), favorecem o engajamento e a permanência de estudantes neurodivergentes em ambientes universitários.

No estudo de Silva et al. (2019), publicado na Revista Educação Especial (UFSM), foi traçado o perfil acadêmico de estudantes com TEA matriculados em instituições de educação superior. Por meio de entrevistas e análise documental, os autores evidenciaram que características como padrões de comportamento repetitivos e dificuldades de comunicação social podem se chocar com as exigências institucionais de autonomia e desempenho acadêmico padronizado. Esses achados convergem com os argumentos de Chiang et al. (2011), que recomendam ajustes curriculares e pedagógicos específicos para garantir equidade no processo educacional.

Por sua vez, Gutierrez e Walter (2021), também na Revista Teias, descreveram uma experiência de formação docente voltada ao uso do sistema PECS (*Picture Exchange Communication System*) adaptado no contexto da educação básica. Embora o estudo não tenha como foco direto a educação superior, os resultados apontam que a capacitação de educadores em estratégias de comunicação alternativa pode ampliar as possibilidades de interação para estudantes com TEA, o que apresenta potencial de aplicabilidade em ambientes universitários. Essa perspectiva alinha-se às diretrizes do DSM-V (APA, 2013), que destacam as dificuldades comunicacionais como uma das manifestações centrais do TEA.

A comparação entre os estudos evidencia convergências relevantes: tanto Melo et al. (2023) quanto Silva et al. (2019) abordam diretamente a vivência universitária de adultos com TEA, com ênfase em dimensões como acesso, permanência e mediações institucionais. Ambos identificam aspectos estruturais que influenciam as trajetórias desses estudantes, como a formação docente e a organização curricular.

No plano metodológico, observa-se uma diferença significativa de abordagem. Enquanto o estudo de Melo et al. (2023) se baseia em uma revisão integrativa da produção científica nacional (abordagem macroanalítica), a pesquisa de Silva et al. (2019) adota uma abordagem microanalítica, a partir da coleta direta de dados em instituições. Já o trabalho de Gutierrez e Walter (2021), embora pertinente à educação especial, apresenta uma delimitação que transcende a educação superior, abrangendo níveis distintos do sistema educacional.

Adicionalmente, as revistas Educação Especial em Debate (UFES) e Diálogos e Perspectivas em Educação Especial (UNESP – Marília) não apresentaram publicações que atendam simultaneamente aos critérios de seleção adotados nesta revisão. Essa constatação é relevante para fins de mapeamento da literatura e delimitação do estado atual da produção acadêmica sobre o tema.

Com base na análise detalhada do corpus, elaborou-se o Quadro 01 com o intuito de sistematizar os principais aspectos metodológicos, temáticos e contextuais das publicações que atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos.

O referido quadro permite comparar, de forma estruturada, as contribuições de cada estudo para o campo investigativo sobre adultos com TEA na educação superior.

A convergência entre os dados empíricos analisados e a formulação do Quadro 01 permitiu observar a constituição de um campo de investigação em processo de amadurecimento teórico e metodológico no Brasil, voltado à compreensão das experiências de adultos com TEA na educação superior. A heterogeneidade das abordagens metodológicas, ora orientadas por revisões integrativas, ora ancoradas em pesquisas empíricas institucionais ou intervenções formativas, expressa não apenas a multiplicidade de entradas possíveis sobre o fenômeno, mas também a sua complexidade constitutiva. Tal diversidade, longe de fragmentar a análise, aponta para a necessidade de arcabouços teóricos mais sensíveis às interseccionalidades envolvidas nos processos de inclusão universitária.

Quadro 01 – Quadro comparativo das publicações sobre adultos com TEA na educação superior.

Nº	Título e Referência	Objetivo do Estudo	Recorte: Adulto com TEA	Ênfase: Educação Superior	Metodologia	Principais Contribuições
1	Melo, Constant e Ferreira (2023), Revista Teias	Investigar a produção científica nacional sobre acesso e permanência de pessoas com TEA no ensino superior	Sim, foco em jovens e adultos	Sim, único foco educacional	Revisão integrativa (CAPES e BDTD)	Identifica barreiras institucionais (formação docente, inflexibilidade curricular) e práticas facilitadoras (monitoria, Núcleos de Acessibilidade).
2	Silva et al. (2019), Revista Educação Especial (UFES)	Analisar o perfil acadêmico de estudantes com TEA em instituições de ensino superior	Sim, sujeitos matriculados em IES	Sim, única etapa educacional abordada	Estudo exploratório (entrevistas e análise documental)	Relaciona características do TEA (comunicação, comportamentos restritivos) aos desafios de adaptação no ambiente acadêmico.
3	Gutierrez e Walter (2021), Revista Teias	Avaliar efeitos da formação docente com base na Comunicação Alternativa voltada a educadores de estudantes com TEA	Parcial, inclui adultos, mas não exclusivamente	Não, foco na educação básica	Pesquisa-ação com intervenção pedagógica	Aponta melhorias na comunicação entre docentes e estudantes com TEA; sugere aplicabilidade futura ao ensino superior, embora este não tenha sido foco direto.

Fonte: Elaboração própria dos autores, com base nos artigos analisados (2023).

No interior desse panorama, a emergência do sujeito adulto com TEA como objeto de investigação marca uma inflexão importante na tradição da educação especial brasileira, historicamente voltada à

infância e à educação básica. A presença desse novo sujeito epistemológico, o adulto com TEA universitário, convoca o campo a rever categorias, políticas e práticas, deslocando o foco da adaptação funcional para a reconfiguração das estruturas pedagógicas e institucionais. Essa transição é fundamental para a consolidação de uma educação superior que se pautar não pela assimilação da diferença, mas pela sua legitimação ontológica no espaço acadêmico (Kapp, 2020).

A incorporação da perspectiva das próprias pessoas com TEA na produção de conhecimento, seja por meio de metodologias participativas, seja por abordagens autoetnográficas, reforça a crítica contemporânea à exclusão epistêmica de grupos neurodivergentes na ciência. Nesse sentido, Milton (2012) propõe o conceito de “duplo problema de empatia”, no qual a escuta ativa e a validação das experiências vividas pelas pessoas com TEA tornam-se indispensáveis à construção de modelos compreensivos mais justos e situados. Tal perspectiva alinha-se aos princípios da justiça cognitiva e da neurodiversidade, que rejeitam os paradigmas deficitários historicamente atribuídos ao TEA e afirmam a legitimidade de modos distintos de cognição, comunicação e socialização.

Além do valor acadêmico, a presença de pessoas com TEA como pesquisadores no campo das ciências humanas e da educação representa um gesto político e ético de afirmação da autonomia intelectual e do direito à produção de saberes situados. Em contextos historicamente marcados pela invisibilidade e pela patologização das diferenças, esse reposicionamento epistemológico opera como estratégia de contra-hegemonia, deslocando os limites tradicionais da autoridade científica e abrindo espaço para a constituição de epistemologias autistas.

Portanto, a sistematização apresentada nesta revisão não apenas mapeia a produção científica nacional sobre adultos dentro do espectro na educação superior, mas também propõe um alargamento do campo de estudo, convocando a academia a incorporar paradigmas interseccionais, interdisciplinares e colaborativos. Trata-se de um chamado à construção de um referencial teórico-prático que seja capaz de articular políticas públicas inclusivas, práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e formas de reconhecimento baseadas no respeito à diversidade neurocognitiva como valor constitutivo do direito à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta investigação, evidenciou-se que a presença de adultos com TEA na educação superior brasileira ainda constitui um objeto de estudo rarefeito nas principais revistas científicas nacionais especializadas em educação, educação especial e inclusão. A escassez de publicações que atendam simultaneamente aos critérios rigorosos de foco temático, delimitação do sujeito com TEA adulto e inserção no contexto universitário sugere que há, na produção científica nacional, um silêncio epistemológico significativo em torno dessa população.

A análise sistemática da base empírica revelou que, entre os anos de 2000 e 2025, apenas três estudos preencheram os critérios de inclusão definidos para esta pesquisa. Essa limitação quantitativa não pode ser compreendida como um dado neutro; ela expressa uma sub-representação

estrutural, atravessada por processos históricos de invisibilização da vida autista adulta, especialmente no espaço acadêmico. A ausência de um campo consolidado de investigação sobre o tema não decorre da inexistência do fenômeno, mas da forma como os dispositivos científicos, pedagógicos e institucionais têm negligenciado sua relevância.

Ainda assim, os estudos localizados permitiram identificar vetores comuns de análise e problematização. As publicações de Melo, Constant e Ferreira (2023), Silva et al. (2019), Gutierrez e Walter (2021) contribuíram para o delineamento de barreiras institucionais recorrentes, como a rigidez curricular, a insuficiência de formação docente e a ausência de estratégias estruturadas de permanência. Concomitantemente, foram apontadas práticas promissoras, como a atuação dos Núcleos de Acessibilidade e o uso de tecnologias assistivas, capazes de favorecer a mediação da experiência acadêmica de estudantes com TEA.

Tais evidências, embora fragmentadas, reforçam a necessidade de ampliar o escopo e a densidade das pesquisas que tomem o adulto com TEA como sujeito central de investigação. A consolidação desse campo demanda o abandono de abordagens meramente adaptativas e a incorporação de paradigmas críticos e interseccionais, que reconheçam a diversidade neurocognitiva como eixo estruturante da justiça educacional. Trata-se de deslocar o olhar da medicalização para a escuta qualificada das experiências, da lógica da inclusão compensatória para a reconfiguração institucional da educação superior.

Nesse sentido, a construção de um campo de estudos sobre autismo adulto e universidade requer não apenas o aporte teórico interdisciplinar, mas também a participação ativa das próprias pessoas autistas na produção do conhecimento. A inclusão epistêmica, entendida como reconhecimento do TEA não apenas como objeto, mas como produtor de saber, constitui um dos principais desafios e, simultaneamente, uma das maiores potências desta agenda científica.

Assim, ao lançar luz sobre a rarefação das investigações nacionais acerca da presença autista na educação superior, esta pesquisa não apenas sistematiza o que se produziu até aqui, mas convoca a comunidade acadêmica a interrogar o que ainda se omite. Fazer ressoar os ecos desse silêncio é, também, instaurar a possibilidade de novos enunciados, mais justos, plurais e comprometidos com a dignidade cognitiva de todos os sujeitos.

REFERÊNCIAS

APA. American Psychiatric Association. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**: DSM-V. 5. ed. Arlington: APA, 2013.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Diário Oficial da União, Brasília, 28 dez. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **Censo Demográfico 2022: características gerais da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025a. Disponível em: <https://basedosdados.org/dataset/08a1546e-251f-4546-9fe0-b1e6ab2b203d?table=ebd0f0fd-73f1-4295-848a-52666ad31757>. Acesso em: 08 jun. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **Censo Demográfico 2022: Educação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao.html>. Acesso em: 08 jun. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **Censo Demográfico 2022: Características por faixa etária**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025c. Disponível em: <https://atlascolar.ibge.gov.br/mundo/estrutura-e-dinamica-da-populacao/estrutura-etaria/21641-piramide-etaria>. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2022. Brasília: INEP, 2022**. Disponível em: <https://inep.gov.br/educacao-superior-censo>. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2023. Brasília: INEP, 2023**. Disponível em: <https://inep.gov.br/educacao-superior-censo>. Acesso em: 10 mai. 2025.

DE MELO, Sandra Cordeiro; CONSTANT, Elaine; FERREIRA, Adriana Teixeira. Acesso e permanência de pessoas com autismo no ensino superior. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 73, p. 112-128, 2023. DOI: 10.12957/teias.2024.74128. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/74128>. Acesso em: 08 jul. 2025.

FERREIRA, M. A. T. **Como fazer uma revisão de literatura**. São Paulo: Loyola, 2002.

GADIA, C. **Aprendizagem e autismo: transtornos da aprendizagem: abordagem neuropsicológica e multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília**, v. 23, n. 1, p. 183-184, mar. 2014. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 mai. 2025.

GUTIERREZ, G. L.; WALTER, C. C. M. Formação de educadores em comunicação alternativa para estudantes com transtorno do espectro autista. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 67, p. 141-154, 2021. DOI: 10.12957/teias.2021.62303. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/62303>. Acesso em: 10 mai. 2025.

HARTLEY, S. L.; THOMPSON, W.; WHEELER, A. Institutional supports for students with autism spectrum disorder in higher education. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 51, n. 4, p. 1123-1135, 2021. DOI: 10.1007/s10803-020-04663-7. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10803-020-04663-7>. Acesso em: 10 mai. 2025.

HENDRICKS, D. Employment and adults with autism spectrum disorders: challenges and strategies for success. **Journal of Vocational Rehabilitation**, v. 32, n. 2, p. 125-134, 2010. DOI: 10.3233/JVR-2010-0502. Disponível em: <https://worksupport.com/documents/JVRautismHendricks.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2025.

HILLIER, A.; GOLDSTEIN, J.; MURPHY, D.; TRIETSCH, R.; KEEVES, J.; MENDES, E.; QUEENAN, A. Supporting university students with autism spectrum disorder. **Autism**, v. 22, n. 1, p. 20-28, jan. 2017. DOI: 10.1177/1362361317699584. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1362361317699584>. Acesso em: 10 mai. 2025.

Instituto Inclusão Brasil. IIB. Estudantes autistas na universidade: direitos legais, desafios e acessibilidade – parte 1. Marília: **Instituto Inclusão Brasil**, 2023. Disponível em: <https://institutoinclusaobrasil.com.br/estudantes-autistas-na-universidade-direitos-legais-desafios-e-acessibilidade-parte-1/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

KAPP, S. K. **Autistic community and the neurodiversity movement: stories from the frontline**. Singapore: Palgrave Macmillan, 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MILTON, D. E. M. On the ontological status of autism: the ‘double empathy problem’. **Disability & Society**, v. 27, n. 6, p. 883-887, 2012. DOI: 10.1080/09687599.2012.710008. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09687599.2012.710008>. Acesso em: 10 mai. 2025.

MOROSINI, M. Estado do conhecimento: metodologia para análise da produção científica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 62, p. 739-760, 2015. DOI: 10.1590/S1413-24782015206209. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4946/3336>. Acesso em: 10 mai. 2025.

REVISTA TEIAS. Sobre a revista. Rio de Janeiro: **UERJ**, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias>. Acesso em: 10 mai. 2025.

REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM DEBATE. Sobre a revista. Vitória: **UFES**, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/eddebate>. Acesso em: 10 mai. 2025.

REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL. Sobre a revista. Santa Maria: **UFSM**, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em: 10 mai. 2025.

REVISTA DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL. Sobre a revista. Marília: **UNESP**, 2024. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas>. Acesso em: 10 mai. 2025.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte”. **Educação e Realidade**, v. 31, n. 1, p. 149-165, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/2356>. Acesso em: 10 mai. 2025.

SHI, Yu. Neurodiversity paradigm and inclusive education are analyzed based on case studies. **Proceedings of the 2023 2nd International Conference on Sport Science, Education and Social Development (SSSED 2023)**, v. 2352, p. 175-180, 5 out. 2023. DOI: 10.2991/978-2-38476-122-7_25. Disponível em: <https://www.atlantis-press.com/proceedings/ssesd-23/125992316>. Acesso em: 10 mai. 2025.

SILVA, S. C. da; SCHNEIDER, D. R.; KASZUBOWISKI, E.; NUERNBERG, A. H. Perfil acadêmico dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Superior matriculados em 2016. **Revista Educação Especial, Santa Maria**, v. 32, p. e83/1-32, 2019. DOI: 10.5902/1984686X37699. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/37699>. Acesso em: 10 mai. 2025.

SOUZA, A. L. A. de; ANACHE, A. A. A educação das pessoas com o transtorno do espectro autista: avanços e desafios. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp2, p. 1035-1053, 2020. DOI: 10.22633/rpge.v24iesp2.14330. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14330>. Acesso em: 10 mai. 2025.

SOUZA, André Luiz Alvarenga de. **Acesso e permanência do estudante com transtorno do espectro autista (TEA) nas universidades federais do Centro-Oeste do Brasil**. 2023. 150 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/retrieve/619bca20-b403-4cfc-ba1a4524acccae41/TESE%20%20ANDRE%20LUIZ%20ALVARENGA%20DE%20SOUZA.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2025.

SOUZA, André Luiz Alvarenga; ANACHE, Alexandra Ayach. Transtorno do espectro autista, considerações às políticas educacionais inclusivas do estado de Mato Grosso do Sul. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 6, n. 7, v. 6, p. 99-109, jul. 2021. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/consideracoesas-politica>. Acesso em: 10 mai. 2025.

UNINTER. **O transtorno do espectro autista no ensino superior**. Uninter, 2023. Disponível em: <https://www.uninter.com/noticias/o-transtorno-do-espectro-autista-no-ensino-superior>. Acesso em: 10 mai. 2025.

AGRADECIMENTOS

Registra-se, com apreço, o agradecimento aos pesquisadores e educadores que contribuíram direta ou indiretamente para o desenvolvimento desta pesquisa, em especial às pessoas autistas que atuam como pesquisadoras. Suas produções e perspectivas têm ampliado significativamente a compreensão sobre a educação superior sob uma abordagem inclusiva, ancorada na neurodiversidade. Agradece-se, igualmente, à comunidade autista pelas contribuições teóricas e sociais que subsidiam e fortalecem o avanço das discussões no campo da inclusão educacional.

Reconhece-se o papel das instituições acadêmicas envolvidas, notadamente a UNESP, a UFSM, a UFMS e a UERJ, bem como da Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais, pelo apoio à disseminação e circulação do conhecimento científico. Por fim, registra-se o reconhecimento aos pares acadêmicos e aos orientadores, cuja contribuição foi essencial para o aprimoramento teórico e metodológico desta investigação.

Contato dos autores/as:

Autor: André Luiz Alvarenga de Souza
e-mail: professorandrealvarenga@gmail.com

Autora: Sabrina Inácio Massuda
e-mail: sabrinatgrh@gmail.com

Manuscrito aprovado para publicação em: 14/04/2026.